



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0251/12	DATA: 03/04/2012
INÍCIO: 15h35min	TÉRMINO: 16h55min	DURAÇÃO: 01h21min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h21min	PÁGINAS: 22	QUARTOS: 17

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Instalação e eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes.

OBSERVAÇÕES



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Couto) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião, convocada pelo Presidente desta Casa, Deputado Marco Maia, nos termos regimentais, para instalação desta Comissão Parlamentar de Inquérito e eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes, conforme ato da Presidência, que passo a ler, ato da Presidência que já foi lido no plenário da Câmara, assinado pelo Deputado Marco Maia, em Brasília, 28 de março de 2012, designando esta Comissão e também convocando para esta reunião no sentido de instalação e eleição desta Comissão.

Na forma do art. 39, § 4º, do Regimento Interno, compete-me assumir a Presidência dos trabalhos.

Declaro instalada esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

*“Ato da Presidência.*

*Satisfeitos os requisitos do art. 35, caput, e § 4º do Regimento Interno, para o requerimento de instalação da CPI nº 7, de 2011, da Sra. Liliam Sá e outros, esta Presidência constitui Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a, no prazo de 120 dias, apurar denúncias de turismo sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes, conforme diversas matérias publicadas pela imprensa...”*

E, como disse, designando para compô-la os nomes que estão na... E convocando a reunião para instalação e eleição da Mesa que vai presidir os trabalhos desta Comissão nesta data, 3 de abril, terça-feira, às 14h30min, no Plenário 11 do Anexo II.

De acordo com acordo das Lideranças, temos a seguinte chapa constituída: Presidenta, Deputada Erika Kokay, do PT do Distrito Federal; 1º Vice-Presidente, Deputado Luiz Pitiman, do PMDB do Distrito Federal; 2º Vice-Presidente, Deputado Jean Wyllys, do PSOL do Rio de Janeiro. A 3ª Vice-Presidência ainda não foi designada, e, se houver acordo aqui, podemos colocar, ou na próxima reunião faremos a votação da 3ª Vice-Presidência.



Esclareço aos nobres pares que esta Comissão é composta de 28 membros titulares e igual número de suplentes, em conformidade com o ato da Presidência que foi lido e previamente distribuído aos Srs. Deputados presentes.

O *quorum* exigido para a eleição dos membros da Mesa desta Comissão é de 15 Deputados ou Deputadas, maioria absoluta.

Peço a compreensão dos Srs. Parlamentares no sentido de que permaneçam no recinto até o término desta reunião.

Antes de iniciar o processo de votação, desejo ainda esclarecer a V.Exas. que, por acordo de Lideranças partidárias, como já disse, encontram-se na cabine de votação cédulas com a chapa que acabei de ler. Solicito ainda cédulas em branco para Presidente e Vice-Presidente, caso a escolha não recaia sobre os nomes indicados. À medida que forem sendo chamados, os Srs. Deputados e Deputadas, após assinarem a folha de votação e de posse da sobrecarta, deverão dirigir-se à cabine e selecionar a cédula, colocando-a no envelope, o qual deverá ser depositado nesta urna.

Convido a Deputada Iracema Portella para auxiliar a Presidência durante o processo de votação.

Solicito que V.Exa. proceda à chamada dos membros titulares e, em seguida, à dos suplentes, até que se complete o número da referida bancada.

**A SRA. DEPUTADA IRACEMA PORTELLA** - Titulares. Partido dos Trabalhadores: Dalva Figueiredo, Erika Kokay, Fátima Bezerra e Luiz Couto.  
(Pausa.)

Deputada Dalva Figueiredo, favor dirigir-se à Mesa. (Pausa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Couto) - Convido o Deputado João Ananias, do PCdoB do Ceará, para presidir, no momento em que vou votar em outra CPI. Vou votar aqui e também em outra CPI. (Pausa.)

**A SRA. DEPUTADA IRACEMA PORTELLA** - Deputado Luiz Pitiman.  
(Pausa.)

Deputado Marllós Sampaio. (Pausa.)

Deputado Ronaldo Benedet. (Pausa.)

Deputada Teresa Surita. (Pausa.)

Deputado Marco Tebaldi. (Pausa.)



Deputado Nelson Marchezan Junior. (*Pausa.*)

Deputada Iracema Portella. (*Pausa.*)

Deputado José Linhares. (*Pausa.*)

Deputado Mandetta. (*Pausa.*)

Deputada Professora Dorinha Seabra. (*Pausa.*)

Deputada Gorete Pereira. (*Pausa.*)

Deputado Paulo Freire. (*Pausa.*)

Deputado Cabo Juliano Rabelo. (*Pausa.*)

Deputada Keiko Ota. (*Pausa.*)

Deputado Paulo Rubem Santiago. (*Pausa.*)

Deputada Carmen Zanotto. (*Pausa.*)

Deputado Eros Biondini. (*Pausa.*)

Deputado Deley. (*Pausa.*)

Deputado João Ananias. (*Pausa.*)

Deputado Otoniel Lima. (*Pausa.*)

Deputado Jean Wyllys. (*Pausa.*)

Deputada Liliam Sá. (*Pausa.*)

Deputado Roberto Santiago. (*Pausa.*)

Deputado Padre Ton. (*Pausa.*)

Deputada Professora Dorinha. (*Pausa.*)

Deputado Mauro Benevides. (*Pausa.*)

Deputado Mauro Lopes. (*Pausa.*)

Deputada Rebecca Garcia. (*Pausa.*)

Deputado Roberto Britto. (*Pausa.*)

Deputado Alexandre Leite. (*Pausa.*)

Deputado Dr. Aluizio. (*Pausa.*)

Deputado Ronaldo Nogueira. (*Pausa.*)

Deputado Edmar Arruda. (*Pausa.*)

Deputado Guilherme Mussi. (*Pausa.*)

Deputado Marcelo Aguiar. (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Couto) - Ainda não conseguimos o *quorum* regimental.



**A SRA. DEPUTADA IRACEMA PORTELLA** - Por favor, Deputado Ronaldo Nogueira. *(Pausa.)*

Deputada Keiko Ota. *(Pausa.)*

**A SRA. DEPUTADA IRACEMA PORTELLA** - Deputado Cabo Juliano Rabelo. *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Couto) - Está encerrada a votação. Passa-se agora à apuração dos votos.

Solicito à Deputada Iracema que verifique se o número de sobrecartas coincide com o número de votantes. *(Pausa.)*

Passa-se agora à apuração dos votos. Solicito à Deputada Iracema Portella que proceda à contagem dos votos. *(Pausa.)*

Para Presidente: Deputada Erika Kokay, 16 votos; em branco, zero; nulos, zero. Total: 16.

Para 1º Vice-Presidente: Luiz Pitiman, 16 votos; em branco, zero; nulos, zero. Total: 16.

Para 2º Vice-Presidente, Deputado Jean Wyllys, 16 votos; em branco, zero; nulos, zero. Total: 16.

Agradeço à Deputada Iracema Portella o auxílio prestado no processo de votação.

Declaro empossados os eleitos: Erika Kokay, Presidente; Deputado Luiz Pitiman, 1º Vice-Presidente; Jean Wyllys, 2º Vice-Presidente.

Convido a Deputada Erika Kokay para assumir a Presidência da Comissão, também convocando os Vice-Presidentes para que tomem assento à Mesa.

Desejo que esta Comissão possa realizar um excelente trabalho na investigação e na apuração, não apenas do turismo sexual que acontece no nosso País, mas também das redes de exploração sexual, que ainda são muitas em nosso País. Que no momento em que nós tivermos o resultado dessa investigação, não tenhamos aquelas interferências indevidas de lideranças que se aproximam para retirar nomes de amigos ou de figuras exponentes da sociedade brasileira, que nós possamos votar o relatório. Que aqueles que estiverem envolvidos nessa prática criminosa sejam eles denunciados e que possam pagar por isso, na forma da lei.



Nesse sentido, convido a Deputada Erika Kokay para que assuma agora a sua função de Presidente da Comissão que vai apurar não somente as denúncias de turismo sexual, mas também de exploração sexual de crianças e adolescentes.

Muito obrigado. Um abraço a todos. Termina a minha etapa agora na presidência.

Passo a presidência à Deputada Erika Kokay.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Eu quero agradecer e parabenizar o Deputado Luiz Couto, que de uma forma absolutamente sábia, como aliás é sua característica neste mandato parlamentar, presidiu a sessão de instalação desta CPI que discutirá a questão do turismo sexual e da exploração sexual de crianças e adolescentes. Então, eu gostaria de chamar também o Deputado Jean Wyllys. (*Pausa.*) Ele está na Comissão de Direitos Humanos.

Nos termos do art. 41, § 6º, do Regimento Interno, eu indico para relatoria desta CPI a Deputada Liliam Sá, do PSD do Rio de Janeiro, à qual convido para que também faça parte da nossa Mesa.

Eu gostaria de perguntar ao Deputado Luiz Pitiman se deseja fazer uso da palavra. (*Pausa.*)

**O SR. DEPUTADO LUIZ PITIMAN** - Sra. Presidenta, Erika Kokay, nobre Relatora, desejo a todos os integrantes desta Comissão, desta CPI, que façam o trabalho realmente de passar a limpo toda a prostituição infantil patrocinada seja por entidades, seja muitas vezes por pessoas. Avançamos inclusive no tráfico de seres humanos e, principalmente, de crianças, o que é permanentemente lido em toda a imprensa do Brasil. Nós temos, inclusive aqui em Brasília, em notícias publicadas hoje no jornal *Correio Braziliense* e ontem na *Agência Brasil*, que policiais militares utilizam da sua autoridade para poderem, na rodoviária do Plano Piloto e em vários outros lugares, praticar abusos contra as nossas crianças. E crianças, muitas vezes, abandonadas nas ruas.

Dessa forma, em conjunto com toda a Mesa e em conjunto com os nobres Parlamentares, vamos nos empenhar para que cheguemos ao final desta CPI com um relatório realmente completo e concreto, para que possamos mudar essa realidade no País.

Obrigado.



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Nós gostaríamos de dizer que não tivemos ainda a eleição do 3º Vice-Presidente, mas o Deputado Otoniel Lima, do PRB de São Paulo, tem disponibilidade, e provavelmente destacaremos essa discussão da 3ª Vice-Presidência na próxima reunião. E eu digo que nos reuniremos sempre às terças-feiras à tarde. Na próxima reunião, já vamos tirar o nosso plano de trabalho. A Relatora deverá apresentar um plano de trabalho, e os Deputados que acharem por bem devem apresentar os seus requerimentos de diligências, de audiências e os seus requerimentos que possibilitem o funcionamento desta Comissão.

Eu passo a palavra para a Relatora, para que ela possa fazer a sua exposição. Deputada Liliam Sá.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Boa tarde a todos. Parabenizo os eleitos nesta tarde. Agradeço a Deus, em primeiro lugar, e a todos os Deputados que assinaram o requerimento de minha autoria para a instalação desta CPI — esta tão importante CPI.

Agradeço também ao Líder do PT, Deputado Jilmar Tatto, por ter nos auxiliado nessa composição. Eu quero dizer a todos que nós temos recebido denúncias do Brasil inteiro. O ano passado... Eu tenho acompanhado de 2010, de 2011, dos últimos 2 anos para cá, que, em vez de terem diminuído as denúncias de exploração sexual das crianças e adolescentes, elas aumentaram. São 937 Municípios com casos de exploração sexual de crianças e adolescentes comprovados, o que representa 17% de todas as cidades do País. A exploração de crianças e adolescentes, todos nós sabemos, está prevista no art. 244 do Estatuto da Criança e do Adolescente, e quem cometer está sujeito à pena de 4 a 10 anos de reclusão, além de multa.

Sabemos também que o rufianismo, que está no Código Penal, é de 1 a 4 anos. A violência sexual contra crianças e adolescentes pode acontecer tanto no ambiente familiar, que nós caracterizamos como intrafamiliar, como também no Estado, intraestadual, intramunicipal. (*Pausa.*)

Essa prática tem também deixado vulneráveis alguns pontos nas rodovias federais. Nós temos 1.820 pontos de riscos para exploração de crianças e adolescentes, e esses pontos estão espalhados em 66 mil quilômetros de estradas,



sendo 67,5 deles em áreas urbanas. Os dados fazem parte da quarta edição do mapeamento de pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias federais no ano de 2009/2010.

Nós vamos ter muito trabalho. Nós já recebemos algumas denúncias, vamos trabalhar junto com a CPI do Tráfico de Pessoas. Eu, no Rio de Janeiro, quando era Vereadora, apresentei a CPI da Exploração e Turismo Sexual de Crianças. Nós descobrimos vários pontos no Rio de Janeiro que não eram na Zona Sul. A exploração já tinha tomado corpo para os lugares mais pobres do nosso Estado. Então, nós descobrimos crianças que estavam vendendo o corpo a 1,99, 2 reais, às vezes para comprar pedra de *crack*, outras para comprar comida para os seus filhos. Eu tenho, já há muitos anos, procurado meninas que desapareceram numa rede de prostituição, para a pedofilia, nós não sabemos.

Eu fiz várias audiências, até com a Polícia Federal, com a Polícia Civil, com a Polícia Militar, com a INTERPOL, para saber o paradeiro de Caroline Menezes Cardoso, a menina que desapareceu, em 13 de abril de 2003.

Nós temos outras meninas: Larissa Gonçalves também está desaparecida desde 1996. Isso não é só no Rio de Janeiro. Em São Paulo, em 27 de abril, sumiu outra Larissa; a Ingrid, a Thaís de Lima Barros e tantas outras.

E nós sabemos que as meninas são o ponto mais frágil, até pela questão de gênero, mas também temos notícia de que meninos também estão sendo aliciados para redes de prostituição em São Paulo — são aliciadores —, e nós queremos investigar e ir a fundo nessas questões.

Nós queremos pegar todas as CPIs que foram feitas — estou conversando com a Presidente. Nós vamos fazer um confronto de informações, vamos cruzar as informações, partir do ponto de onde parou a outra CPI, a CPMI, que foi com a Ministra Maria do Rosário. Acho que nós deveríamos fazer um encontro com a Ministra para saber tudo o que ela passou — há muita coisa para ela nos dizer — e começar a traçar uma linha de trabalho. Hoje o Deputado Arnaldo Jordy pediu que nós começássemos pelo Pará. Nós sabemos que o Nordeste está em primeiro lugar na exploração de crianças e adolescentes, seguido da Região Sudeste.

Eu quero receber o auxílio dos Deputados que fazem parte desta Comissão e partir para um plano de trabalho, que possamos até — Deputada nossa Presidenta



— ter um telefone para denúncias, ver se é possível esta Comissão ter um telefone para que as pessoas possam fazer a denúncia.

Vamos começar a trabalhar, porque nós não podemos admitir que no nosso País... É uma vergonha saber que crianças estão sendo exploradas; crianças que tinham que estar na escola, crianças que deveriam ter um futuro, protegido pelo Estado, estão numa rede de prostituição, sendo aliciadas por fatores socioeconômicos. Nós sabemos do índice de pobreza e também da falta de informação e de tantas outras coisas.

Nós queremos que o Brasil seja referência lá fora, seja um País onde a criança e o adolescente tenham voz. É uma vergonha saber que o *The New York Times* comparou o Brasil com a Tailândia e está investigando a exploração sexual no Amazonas, durante expedições de pesca. Eu já pedi até uma informação ao Ministério da Pesca para saber se são eles que dão licença para esses pescadores. Já é um primeiro passo do nosso trabalho saber por que eles estão investigando uma coisa que nós agora que vamos investigar.

Então, eu me coloco à disposição de todos vocês como Relatora e espero que nós galguemos muito sucesso e que esses aliciadores que são chamados pela população, vamos dizer assim, que fazem uso da exploração dessas crianças, venham para a cadeia mesmo; que não fique só naquela investigação branda, mas que possamos acabar com isso dentro do Brasil, porque é uma vergonha. Então eu me coloco à disposição de vocês e espero que consigamos chegar lá.

Muito obrigada.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Deputada Liliam Sá.

Eu convido o Deputado Jean Wyllys para que possa fazer parte da Mesa, porque é o nosso 2º Vice-Presidente.

Pergunto aos Parlamentares e às Parlamentares que aqui estão se desejam fazer uso da palavra.

Deputada Dorinha, Deputada Keiko Ota, Deputada Dalva Figueiredo, Deputada Iracema Portella. Deputados, querem fazer uso da palavra?

Deputada Dorinha? (*Pausa.*)

Deputado Otoniel? (*Pausa.*)



Deputada Dorinha num primeiro momento.

**A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE** - Eu quero, na verdade, dar boa tarde a todos. Acho que todos nós sabemos a loucura que é esta Casa de atividades, Comissões e tudo o mais. Mas quero dizer da importância que esta Comissão tem, desejar à nossa Relatora, que tem uma afinidade com o tema e uma preocupação, que o trabalho seja de sucesso. Estamos à disposição.

Fico muito preocupada porque já houve outras Comissões, e acho que é interessante o que a Relatora disse: tentar recuperar o que já foi realizado, até para não ter retrabalho, mas também com apelo de que a consigamos avançar. Eu fui Secretária de Educação do meu Estado por um longo tempo, quase 10 anos, e tentamos fazer uma rede de proteção, instando o Ministério Público, a estrutura judiciária, as delegacias, provocando as escolas, capacitando, contando inclusive com a Universidade Federal para a preparação de professores para denúncia, e o que percebemos é que é muito forte o envolvimento, principalmente na rota, no caso do meu Estado, que tem a Belém-Brasília, que tem infelizmente uma ligação muito forte com os caminhoneiros, do movimento todo que é realizado, e o medo e a falta de proteção, inclusive para quem vai fazer a denúncia. Muitos professores alegavam que ficavam desprotegidos, porque infelizmente em muitas situações a própria polícia é parte da estrutura e parte do envolvimento.

Então, quero desejar — sei que é uma Comissão extremamente desafiadora, mas entendo que é um dos principais papéis desta Casa — sucesso e me coloco à disposição.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Passamos ao Deputado Otoniel Lima e depois à Deputada Iracema Portella.

**O SR. DEPUTADO OTONIEL LIMA** - Quero cumprimentar a Presidenta Erika Kokay; o Primeiro-Vice-Presidente, Luiz Pitiman; o Segundo Vice-Presidente, Jean Wyllys; a Relatora, Liliam Sá; a nobre Deputada Iracema Portella e o Deputado Marllós Sampaio. Nós, como Deputado do PRB de São Paulo, fazemos parte da força de segurança pública do Estado de São Paulo, onde por quase uma década fizemos parte da polícia e já trabalhamos em várias situações desse crime bárbaro que vem assombrando principalmente o Estado de São Paulo. E é lógico que



torcemos para que esta Comissão não sofra interferência, porque sabemos dessa grande dificuldade de envolvimento de pessoas de nome, de pessoas de renome nesse crime que vem ceifando a vida das nossas crianças. Já tivemos oportunidade de prender várias pessoas envolvidas nesse crime. E, por força da Justiça, por infelicidade, prendem-se pessoas envolvidas nesse crime, e a Justiça solta essas pessoas; essas pessoas são beneficiadas por força da Justiça. Então, logicamente que torcemos para trabalhar — a Relatora faça o seu trabalho; os Deputados —, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, para ter isso, não só denunciar, mas ver essas pessoas envolvidas nessa prática desse crime serem presas, sim, denunciadas, penalizadas, para que só assim possamos dar uma segurança maior para a nossa criança, os jovens envolvidos nesses crimes, que estão sendo aliciados. Pessoas por trás dessa juventude estão sendo beneficiadas, Sra. Presidente.

Então, cumprimento toda a Mesa. Com certeza, vamos ter muito trabalho pela frente. Nós do PRB vamos trabalhar frente a frente com os Deputados para obter êxito nesta Comissão.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Deputado Otoniel.

Passo a palavra à Deputada Iracema, do PP do Piauí. Depois, ao Deputado Marllos, do PMDB, do Piauí.

**A SRA. DEPUTADA IRACEMA PORTELLA** - Eu queria cumprimentar a Deputada Erika Kokay, o Deputado Luiz Pitiman, o Deputado Jean Wyllys, a Deputada Relatora, Liliam Sá, desejar sucesso para todos nós que fazemos parte desta Comissão.

É muito triste vermos crianças de 10, 12, 14 anos vítimas de exploração sexual serem consideradas culpadas, numa total e covarde inversão de valores. Foi o que aconteceu na semana passada, Deputada Erika, com a decisão do STJ, que inocentou um homem acusado de estuprar três meninas de 12 anos, sob a alegação de que elas já se prostituíam. Então, é um absurdo, é uma afronta aos direitos das nossas crianças e adolescentes.

Tenho certeza de que esta CPI vai contribuir e muito para que o Brasil avance cada vez mais no enfrentamento desse grave problema no nosso País.

Muito obrigada.



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Deputada Iracema.

Passo a palavra ao Deputado Marllos. Em seguida, a Deputada Keiko e a Deputada Dalva.

**O SR. DEPUTADO MARLLOS SAMPAIO** - Deputada Erika, membros da Mesa, quero aqui me colocar à disposição. Sou policial, delegado de polícia há mais dez anos. Tenho experiência nas cidades do interior em que trabalhei como policial. Prendi diversos estupradores, vi de perto muitas realidades em BRs. Então, posso usar aqui minha experiência, já que é uma CPI. É bom que aqui vamos praticar um pouco a investigação, que já é da minha área.

Então, me coloco à disposição. Tenho contatos na Polícia Federal, na Polícia Civil, na Polícia Militar, me dou com todas as áreas. Sou membro, como nosso colega Otoniel, da Comissão também de Segurança Pública, o que é correlato. Então, podemos também ajudar em parceria com essa Comissão. Sou mais da área do idoso, como todos sabem aqui, trabalho muito com essa área do idoso, mas me identifico com todas as causas ligadas a práticas arbitrárias de violência.

O Piauí é um Estado pobre em que acontece de maneira sistemática explorações sexuais, inclusive tem cabarés legalizados, chiques, onde pessoas ricas frequentam tranquilamente. Em Teresina, a minha Capital, isso também prolifera — é uma forma também de incentivar. Eu acho que muito tem de ser feito. Esperamos que, pegando os dados da CPI passada, possamos chegar a um resultado prático. Não adianta uma CPI só para delongas, falações. Deve-se chegar a resultados práticos, efetivos, que chegue ao conhecimento da Presidenta Dilma, para que possamos ter também apoio ao combate dessa prática. E para apoio a essa questão deve-se dar otimização nas delegacias especializadas em atendimento à mulher, aparelhamento adequado à Polícia Rodoviária Federal, a todos que têm afinidade e podem ajudar a combater a prática desse crime.

Já vi propagandas do Governo Federal com relação a esse tema, o que é importante também, mas vejo que não vem obtendo resultado prático de coibir. Quanto mais se passa o tempo, mais as cidade vão se modernizando, chegando às pequenas. Está virando uma prática rotineira, comum, um mercado de trabalho



como qualquer outro. Meninas de 10 ou 12 anos trabalham como se fosse a coisa mais normal do mundo.

Então, acho que é importante nessa temática, Deputada Erika, chegarmos realmente a essas práticas verdadeiras, que haja mídia. É preciso ter mídia para mostrar a realidade, às vezes nua e crua, para sensibilizar também as demais autoridades. Então, o Deputado Marllós aqui se coloca à disposição de toda a Comissão.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Muito obrigada, Deputado.

Passo a palavra à Deputada Keiko Ota. Depois, à Deputada Dalva Figueiredo.

**A SRA. DEPUTADA KEIKO OTA** - Boa tarde a todos. Quero cumprimentar a Presidente Erika Kokay, o Vice-Presidente Luiz Pitiman, o Deputado Jean e a Relatora Liliam Sá.

Realmente, nós, mulheres que temos essa sensibilidade de ser mãe, mulher, e que temos esse dom da maternidade, sabemos o quanto é importante cuidar das nossas crianças.

No meu Estado, dia 31 de março agora, a Associação Mães da Sé, que é uma associação forte, em que as mães estão empenhadas nessa questão do desaparecimento das crianças, completou 15 anos. Pelos dados, 9.200 casos são cadastrados, 2.500 foram encontrados com vida e houve 206 óbitos. Indo nessa comemoração dos 15 anos, presenciei relatos muito tristes de tráfico de crianças.

Eu gostaria de solicitar a esta Comissão uma audiência pública lá no meu Estado, São Paulo.

Parabenizo todos.

Muito obrigada.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Passo a palavra à Deputada Dalva Figueiredo. Em seguida, ao Deputado Mandetta.

**A SRA. DEPUTADA DALVA FIGUEIREDO** - Sra. Deputada e Presidenta, Srs. Deputados, quero aqui mais uma vez reiterar a importância desse tema e dizer que, claro, as dificuldades são muitas. Fizemos referências a outra CPI, que foi coordenada pela Ministra Maria do Rosário, mas é muito bom que esse assunto não saia da pauta, esteja sendo sempre debatido aqui e com a sociedade, chamando a atenção, denunciando para que as autoridades possam tomar providências.



Fez-se referência à decisão do STJ. Nós nos indignamos. Nenhum pai e mãe deixa seus filhos se prostituírem ou serem objeto de violência por vontade. Claro que há as mazelas da sociedade, mas a nossa tarefa é combater e proteger as crianças da violência e da exploração sexual.

Nós vamos ter dois grandes eventos. Teremos, portanto, uma explosão do turismo interno, do turismo internacional, que são a Copa do Mundo e a Copa das Confederações. Venho de uma região de fronteira, lá do Amapá. Sou lá do Oiapoque, da fronteira com a Guiana Francesa, então, sei muito bem das dificuldades. Aliás, já trabalhei naquela região, além de lá ter nascido. Sei que nós devemos ter essa preocupação com as áreas de fronteira. Acho que nós deveríamos, no nosso plano de trabalho ter tarefas, ter atividades, retomar as atividades lá nas fronteiras do nosso País.

Quero me colocar à disposição para fazer um belo trabalho sob todos os aspectos. Acima de tudo, acho que o momento é importantíssimo para que esse assunto seja pautado, seja pela nossa indignação, além de dizer mais uma vez sobre a necessidade daquela decisão ser reformada, seja pela necessidade que o tema nos impõe de estar sempre na prioridade do debate, do investimento público, da apuração das denúncias. Enfim, é preciso ter sempre esse tema como referência, no sentido de proteger as crianças e adolescentes da violência que, nós sabemos, é muito grande ainda no nosso País.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Deputada Dalva.

Passo a palavra ao Deputado Mandetta.

**O SR. DEPUTADO MANDETTA** - Muito obrigado, Presidente Erika Kokay, nobres pares que vão ter a missão de relatar, vice-presidir, secretariar. Desejo a todos um trabalho muito focado, muito importante. Os membros desta CPI, a grande maioria aqui, se vieram para esta CPI foi porque querem saber mais, participar, doar o seu conhecimento, o seu olhar.

Venho de um olhar, primeiro, da saúde. E, na saúde, nós temos enormes barreiras para capacitar, para sensibilizar agentes comunitários de saúde, médicos, enfermeiros, psicólogos. Não temos centros de atendimento para estresse pós-traumático no Brasil; não temos uma porta de entrada qualificada e profissionais qualificados para tratar uma criança vítima de exploração sexual, nem a sua família.



Venho de um Estado, que é o Mato Grosso do Sul, que tem desafios que vão repercutir em todo o nosso País. O principal deles é que nos próximos meses deverá estar concluída a estrada que liga o porto de Iquique, no Chile, à cidade de Corumbá, e que, portanto, deve ser o principal corredor de exportação da soja, o principal porto de exportação dos produtos que vão sair pelo Pacífico.

A Bolívia e o Paraguai são os dois países mais pobres da América do Sul. Quando se coloca trânsito de caminhões, trânsito de mercadorias associados a condições de extrema pobreza, nós temos ali um potencial explosivo associado ao narcotráfico e ao recente trabalho que fizemos em relação à Comissão Especial do Crack.

Então, chamo muito a atenção para esses dois aspectos, que já foram levantados aqui pela colega, sobre as questões fronteiriças. E chamo a atenção também para as comunidades indígenas. As comunidades indígenas são territórios onde as culturas se chocam. Temos a cultura indígena em relação à criança, à menina indígena, à adolescente indígena, com um olhar daquela cultura e a permanente entrada de pessoas de diferentes culturas, causando suicídios, causando estupros, causando doenças sexualmente transmissíveis, causando verdadeiras tragédias nessas comunidades indígenas que acompanhamos.

Como cheguei aqui um pouquinho depois, ouvi a fala da Deputada Iracema, ouvi a fala da nobre Deputada, de repúdio a essa decisão do STJ de inocentar pessoas da acusação de estupro, com o argumento de que as crianças na verdade eram as culpadas. Talvez culpadas por serem crianças neste Brasil tão desigual, tão cheio de contrastes em que estamos vivendo.

Fica registrado aqui também o nosso repúdio registrado a essa decisão totalmente absurda da Justiça, que temos de acatar mas não podemos deixar de dizer que ela é, por si só, absurda.

Então, coloco o Estado de Mato Grosso do Sul e o olhar da saúde e daquele que está vivendo a fronteira brasileira com esses dois países, à disposição dos trabalhos da Comissão.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Passo a palavra, neste momento...



**O SR. DEPUTADO MANDETTA** - Sra. Presidente, só para eu não esquecer de um tópico.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO MANDETTA** - A exploração sexual via Internet, eu acho, tem de ser também um capítulo, e já deve ter sido abordado aqui, objeto desta Comissão. Há uma endemia de pornografia infantil e exploração sexual via Internet.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Vou passar a palavra neste momento ao Deputado Jean Wyllys, que é o Segundo-Vice-Presidente desta Comissão.

**O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS** - Obrigado, Presidenta Erika Kokay; boa tarde aos meus demais colegas.

Embora seja um trabalho, uma prerrogativa da Relatora da CPI, que é a Deputada Liliam Sá, criar um roteiro de trabalho, nós informalmente já começamos a conversar.

Essa questão de partir de onde as outras CPIs pararam é fundamental para que não refazer, não perder tempo. Então, temos o resultado de uma CPI, o que foi feito pela Deputada Maria do Rosário, e uma CPI do tráfico de pessoas, feita pelo Senado, cuja relatoria era da Senadora Marinor Brito. Então, é avançar a partir daí e nos articular sobretudo não só para ouvir, apontar, mas para cobrar políticas públicas do Executivo Federal, dos Executivos Estaduais e Municipais no enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes e enfrentar toda a vulnerabilidade que as posições de sujeito tornam as crianças: a posição étnica, se é negra, se é branca; se é pobre, se é rica, ou seja, a classe social; o gênero, porque as meninas são as mais afetadas, e também a orientação sexual. Nós temos o caso, por exemplo, dos adolescentes homossexuais do Norte que são traficados para exploração sexual em São Paulo como travestis. Então, temos de perceber esses aspectos que atravessam a questão sexual.

Deputada Iracema, infelizmente essa decisão judicial não foi a primeira. Um outro juiz já havia dado uma decisão favorável ao estuprador de uma menina de 12 anos argumentando que não existem mais "*meninas de 12 anos*", mas sim "*mulheres de 12 anos*", o que nos leva a enfrentar uma cultura que é reproduzida pela publicidade, pelos meios de comunicação, de sexualização precoce das



meninas, que é tratada na ordem do natural por todos nós, inclusive Parlamentares, lamentavelmente.

Então, esta CPI vai ter de encarar isso de frente essa questão cultural, mesmo com todos os cuidados de censura, de não cairmos na censura, no controle autoritário. Devemos fazer uma distinção clara entre a prostituição escolhida, quando uma pessoa adulta escolhe fazer prostituição — que não é criminalizada no nosso País —, da exploração sexual sobretudo de crianças e adolescentes, também para podermos discernir as coisas certas e avançar.

Quanto à questão da dimensão na Internet, um aspecto importantíssimo, também sem cair num discurso de censura, de criar um AI-5 para a Internet, é preciso lembrar que a Polícia Federal recentemente fez um trabalho importante na identificação de um *site*. Os dois autores do *site* foram presos. Nesse *site*, eles divulgavam a pedofilia, entre outras práticas criminosas, inclusive ameaças de morte contra a minha pessoa e ofensas a toda a comunidade LGBT, aos negros e às mulheres deste País.

Então, é possível, sim, coibir esse crime na Internet sem cair na censura à Internet. Essas são as responsabilidades desta CPI, embora, volto a dizer, a programação dos trabalhos seja de responsabilidade da Deputada Liliam Sá.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Deputado Jean.

Eu gostaria apenas de pontuar alguns aspectos. O primeiro deles é que esta CPI lida com a exploração, o turismo para exploração sexual de crianças e adolescentes. E tem razão o Deputado Jean. Não estamos falando de prostituição infantil, porque nem utilizamos mais o termo prostituição infantil. Prostituição pressupõe que nós tenhamos uma decisão, autonomia, em que as pessoas escolhem uma ocupação. Nós estamos falando de exploração sexual de crianças e adolescentes, o que pressupõe uma relação de subalternização, uma relação de exploração, ou, portanto, uma relação de violência. E isso envolve, em verdade, vários outros tipos de exploração.

Via de regra, nós vamos reconhecer na exploração sexual a discriminação étnica, a discriminação social — são meninas pobres, via de regra —, a discriminação de gênero e, obviamente, a discriminação etária, além da orientação



sexual. Ou seja, nós ali temos o sexismo, a expressão do sexismo, do racismo, a expressão do adultocentrismo e da desigualdade social.

Então, nós estamos lidando com um fenômeno que é sintoma de uma série de outras violências que perpassam a nossa sociedade e que muitas vezes são naturalizadas, quando não deveriam sê-lo. Nós não podemos naturalizar a exploração.

Vamos ver que é um processo de revitimização, de vitimização. Nós vemos, via de regra, crianças que não têm condições de uma sobrevivência digna, ou seja, que são vítimas da exclusão social, e que abrem mão da sexualidade na sua fase infantil. Ou seja, o direito sexual das crianças e do adolescente, a sexualidade de uma criança não é igual à sexualidade de um adulto, são fases diferentes do desenvolvimento e dos direitos sexuais, da sexualidade. E elas não podem exercer essa condição, deixam de ser sujeitos do seu corpo, sujeitos do seu próprio desenvolvimento, e passam a ser objeto do prazer de outro.

Via de regra, a fala dessas meninas e desses adolescentes é negada, portanto, como foi negada pelo STJ. O STJ nega, ele revitimiza, porque diz: vocês não têm o direito de serem considerados seres vulneráveis, como diz a nossa legislação, que presume a violência, ou presume o estupro em quem tem menos de 14 anos. Isso é desconsiderado, porque diz: vocês não podem ser consideradas vulneráveis, e vocês não têm o direito, porque a sociedade jogou vocês numa relação de exploração sexual. Portanto, é extremamente cruel tudo isso. Tira-se a possibilidade de as crianças serem crianças, de os adolescentes serem adolescentes, nas suas mais variadas fases.

Isso tem de ser enfrentado. Estou absolutamente de acordo em que nós precisamos trabalhar com o resultado das CPIs que já aconteceram nesta Casa e também no Senado, a CPI em que a Deputada Maria do Rosário foi relatora, a Senadora Patrícia Saboya — uma CPI mista —, que foi Presidenta da CPI de Combate à Exploração Sexual. Precisamos pegar esses resultados, mas temos determinadas ações que são mais imediatas e que são atuais.

Esta Comissão tem de buscar uma agenda com o Presidente do STJ, para se posicionar acerca da última decisão, proferida, inclusive, a partir de um relatório de uma juíza, que nega a exploração sexual. Ou que permite a violência sexual, desde



que as crianças estejam em situação de exploração sexual. Então, seria assim: eu jogo você na exploração sexual e a partir daí eu nego a você o direito de reivindicar os seus próprios direitos e de ser reconhecido enquanto sujeito de direito. É extremamente grave essa decisão, e nós precisamos nos posicionar sobre ela.

Penso que nós deveríamos nos posicionar e marcar uma reunião com o Presidente da Casa, Deputado Marco Maia, para que possamos solicitar as estruturas necessárias para o funcionamento desta CPI.

Deputado Jean Wyllys.

**O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS** - Permita-me um aparte, Deputada.

É uma decisão complicada, também, no sentido de que colabora com a violência contra a mulher. Porque uma prostituta, ainda que ela exerça de maneira autônoma e consciente a profissão, não quer dizer que ela não possa em algum momento ser vítima de violência sexual e de estupro. E porque ela é prostituta, vamos legitimar e desculpar a violência que se abate sobre ela? Então, é complicadíssimo.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Pior que isso, se me permite um aparte. Pior que isso foi o descaso em relação a essas crianças, o desprezo. Isso ficou visível: o desprezo em relação a essas meninas.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - O Deputado Pitiman relata um fato. Colhemos uma série de depoimentos de crianças e adolescentes em situação de rua, aqui no Distrito Federal, que vivenciam uma série de violências — violência de extorsão, violência física, violência psicológica, tortura, maus-tratos e também violência sexual. E recentemente uma adolescente em situação de rua foi estuprada por dois policiais, segundo a sua denúncia. Ela apresentou queixa em uma delegacia. Em verdade, o fato de estar em situação de rua, que é a mesma cadeia de vitimização... Eu penso que uma violação de direitos nunca vai existir sozinha. Ela não é ensimesmada, ela não é “redomada”, ela vai levar a outra violação de direitos, porque uma violação de direitos nega o reconhecimento do ser humano como ser humano e possibilita que se vá invadindo essa condição humana e desconstruindo-a.

Então, sugiro que façamos uma reunião com o Presidente Marco Maia, que busquemos agendar a reunião com o Presidente do STJ.



As discussões acerca do plano de trabalho, nós vamos fazer na próxima terça-feira.

Alerto os Parlamentares para o fato de que, se quiserem sugerir audiências, diligências, parcerias, que o façam formalmente, por meio de requerimento, que nós vamos apreciar na próxima terça-feira, porque vamos analisar a proposta de trabalho da Deputada Liliam Sá, que obviamente receberá contribuição e será tecida em conjunto.

Quero apenas reafirmar um aspecto importante mencionado aqui pela Deputada Dalva Figueiredo: nós precisamos também considerar o impacto das grandes obras. Eu tive a oportunidade de estar em Rondônia, onde aumentou a ocorrência de gravidez precoce, onde aumentou o número de estupros. É óbvio que foi “ressignificado” o estupro na nossa legislação, mas aumentou o número de estupros, aumentou o número de ocorrências de gravidez precoce, e é nítida a exploração sexual.

Inclusive, nas obras das usinas de Jirau e Santo Antônio, nós tivemos o trabalho de uma representação da sociedade civil, de uma ONG, organização não governamental, de sensibilização dos operários. Mas eu diria que é muito difícil encarar o outro como semelhante. Foi feito um trabalho de sensibilização. Foi dito: *“Ali poderia ser a sua filha”*. De certa forma, a pessoa aparta aquela menina da possibilidade de ser sua filha. Há um apartamento, um estranhamento, que faz a pessoa não encarar que o outro tem os mesmos direitos que ela, que seus filhos têm os mesmos direitos que os filhos e filhas de todas e de todos. Portanto, penso que nós deveríamos, sim, discutir — e vamos fazê-lo — nesta Comissão o impacto das grandes obras e o impacto da Copa, dos grandes eventos nos direitos e na exploração.

Estou falando de turismo sexual. O Brasil vai receber inúmeros turistas do mundo inteiro, e nós precisamos estar preparados para a Copa e estar preparados para as grandes obras. Nós temos licenciamento ambiental, mas não temos licenciamento social. Não é feita uma discussão nem há um marco legal que possibilite minimizar-se o impacto das grandes obras e da própria Copa nos direitos de crianças e adolescentes, particularmente no que diz respeito à exploração sexual de crianças e adolescentes. Portanto, eu acho que esse é o recorte que nós vamos



ter que fazer, sem nenhuma dúvida, concordando com a Deputada Dalva Figueiredo.

Vou passar a palavra para a Deputada Dorinha, mas antes reafirmar que, na próxima terça-feira, às 14h30min, nós vamos analisar o plano de trabalho a ser apresentado pela Relatora e, ao mesmo tempo, analisar as contribuições. Nós vamos, portanto, apreciar requerimentos, elaborar o roteiro dos trabalhos e também eleger o Terceiro-Vice-Presidente. O Deputado Otoniel Lima está oferecendo o seu nome para a possibilidade de ajudar a partir da Terceira-Vice-Presidência. Nós vamos decidir isso na próxima terça-feira.

Passo a palavra para a Deputada Dorinha. Aliás, Deputada Dorinha, eu faço questão de dizer: passo a palavra para a Deputada Professora — com muito orgulho — Dorinha.

**A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE** -  
Obrigada.

Eu queria, na verdade, Sra. Presidente, reforçar, não sei em que medida... Faço parte — acho que alguns aqui também fazem — da CPMI sobre violência contra a mulher. Há alguns temas que se misturam pela própria natureza da discriminação de gênero.

Na semana passada, numa audiência pública realizada na quinta-feira, infelizmente, o que foi colocado aqui pela Deputada Dalva apareceu de maneira extremamente contundente. Foi feita uma denúncia pela representante que apresentava as demandas da área do campo. Elas fizeram uma denúncia sobre Estreito, pedindo que, nos grandes empreendimentos... Elas disseram que as próprias empresas oferecem uma espécie de cartão dos prazeres, tipo cartão de crédito. Os trabalhadores recebem esse cartão de crédito para frequentar as casas aonde eles vão. E normalmente — elas colocaram isto —, além da violência contra a mulher, há a presença de muitas meninas, inclusive pela manifestação feita em relação a esse ato que nós comentamos aqui há pouco, em relação às meninas de 12 anos. Então, eu acho que, em alguma medida, pode ser que haja resultados da CPMI que possam nos ajudar no trabalho aqui também.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Com certeza. Nós temos em curso algumas CPIs. A da violência contra a mulher... Obviamente, nós vamos lidar



com isso aqui, com o recorte de crianças e adolescentes, mas violência contra a mulher, não apenas contra a mulher, mas majoritariamente a exploração e o abuso sexual atingem as meninas.

Nós vamos ter uma interface também, ou um diálogo, com a CPI do Tráfico, porque nós temos várias meninas e meninos que são vítimas — o Deputado Jean citou um exemplo — do tráfico de pessoas. Então, nós vamos também ter certa relação com a CPI do Trabalho Escravo, porque a exploração sexual é uma forma das mais degradantes de trabalho infantil, e nós vamos também ter uma relação com isso. Então, eu acho que é importante que possamos navegar e nos relacionar ou dialogar com o conjunto das CPIs que estão em curso.

Eu queria passar apenas mais dois comunicados. O primeiro é que há uma decisão da Presidência da Casa que determina que se proceda à publicação da Ordem do Dia no dia anterior. A publicação da Ordem do Dia das Comissões tem que ter... Por exemplo, os membros da Comissão têm que ter conhecimento prévio da Ordem do Dia da reunião. Isso enseja que os Deputados e Deputadas que queiram apresentar requerimentos tenham que fazê-lo com tempo hábil para que nós possamos divulgá-los, ou seja, pelo menos um dia antes da reunião, até segunda-feira, portanto, para que nós possamos publicá-los, e eles possam ser de conhecimento do conjunto dos Parlamentares desta Casa. Isso segue a orientação da Presidência, que diz que todos os Parlamentares de todas as Comissões têm que ter conhecimento da Ordem do Dia.

O segundo é que nós vamos fazer as comunicações da realização de reuniões pelo endereço eletrônico da Comissão, para os *e-mails* institucionais. Então, nós não vamos encaminhar papéis para os gabinetes e para os membros da Comissão. Nós vamos fazê-lo por meio eletrônico. Nesse sentido, solicitamos aos Parlamentares que comuniquem isso aos funcionários e funcionárias de cada gabinete e os instrua para que não haja qualquer tipo de problema na comunicação.

Com a palavra o Deputado Mandetta.

**O SR. DEPUTADO MANDETTA** - Sra. Presidente, eu gostaria de solicitar da Presidência cópia do processo do STJ, com a sentença proferida pela juíza, como um primeiro documento, até simbólico da data, para que depois possamos colocar



em votação uma moção de repúdio, ou algum comentário que possa ser feito. Mas eu gostaria de ter acesso ao processo.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Com certeza. Eu peço à assessoria da Comissão que solicite uma cópia do inteiro teor do processo que deu origem à sentença do STJ que inocentou um adulto responsável, sem nenhuma dúvida — não há dúvida sobre o ato, há dúvida sobre a responsabilização, a culpabilização e a criminalização —, por um ato de violência sexual contra três adolescentes de 12 anos.

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, convoco a próxima reunião para terça-feira, dia 10 de abril, às 14h30min, com a seguinte pauta: elaboração do roteiro dos trabalhos, apreciação dos requerimentos oferecidos por Parlamentares desta Comissão e eleição do Terceiro-Vice-Presidente ou Terceira-Vice-Presidenta.

Com isso, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo imensamente a presença a todos.